

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	35
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	480
Preferenciais	480
Total	960
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	115.502	115.109
1.01	Ativo Circulante	1.990	1.651
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56	5
1.01.01.01	Caixas e Bancos	56	5
1.01.03	Contas a Receber	412	279
1.01.03.01	Clientes	157	41
1.01.03.01.01	Clientes no País	1.104	1.048
1.01.03.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-947	-1.007
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	255	238
1.01.03.02.01	Cheques em Cobrança	16	16
1.01.03.02.02	Conta Adiantamento Fornecedores	186	167
1.01.03.02.03	Outras Contas a Receber	53	55
1.01.04	Estoques	1.193	1.068
1.01.04.01	Produtos Acabados	213	130
1.01.04.02	Produtos em Elaboração	265	193
1.01.04.03	Matéria-Prima	186	247
1.01.04.04	Peças e materiais em manutenção	557	526
1.01.04.06	Provisão para Perdas	-28	-28
1.01.06	Tributos a Recuperar	247	299
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	247	299
1.01.06.01.01	IPI	233	233
1.01.06.01.02	ICMS	6	42
1.01.06.01.03	Outros Tributos	8	24
1.01.07	Despesas Antecipadas	82	0
1.01.07.04	Outras Despesas Antecipadas	82	0
1.02	Ativo Não Circulante	113.512	113.458
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.609	7.555
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.609	7.555
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	7.609	7.555
1.02.02	Investimentos	17.682	17.682
1.02.02.01	Participações Societárias	80	80
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	80	80
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.602	17.602
1.02.02.02.01	Terrenos	15.100	15.100
1.02.02.02.02	Edifícios e Benfeitorias	2.502	2.502
1.02.03	Imobilizado	88.194	88.194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	88.126	88.126
1.02.03.01.01	Terrenos	55.730	55.730
1.02.03.01.02	Edifícios e Benfeitorias	18.295	18.295
1.02.03.01.03	Máquinas e Equipamentos	13.631	13.631
1.02.03.01.04	Instalações Industriais	318	318
1.02.03.01.05	Móveis e Utensílios	53	53
1.02.03.01.07	Equipamentos de Informática	89	89
1.02.03.01.08	Direito de Uso	10	10
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	68	68

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.02.03.03.01	Construções em Andamento	40	40
1.02.03.03.02	Florestas em Formação	28	28
1.02.04	Intangível	27	27
1.02.04.01	Intangíveis	27	27
1.02.04.01.02	Software e Programas de Computador	27	27

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	115.502	115.109
2.01	Passivo Circulante	130.272	122.732
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.687	12.236
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.687	12.236
2.01.01.02.01	Salários	513	407
2.01.01.02.02	Provisão de Férias	88	77
2.01.01.02.03	FGTS	61	39
2.01.01.02.04	Contribuição Sindical	85	85
2.01.01.02.05	INSS	11.940	11.628
2.01.02	Fornecedores	9.289	8.660
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.289	8.660
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.332	44.749
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.687	13.739
2.01.03.01.02	Pis	778	760
2.01.03.01.03	Cofins	3.582	3.499
2.01.03.01.04	IRRF	1.224	1.124
2.01.03.01.05	Outros	207	199
2.01.03.01.06	Tributos Parcelados	9.896	8.157
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30.885	29.417
2.01.03.02.01	ICMS	30.885	29.417
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.760	1.593
2.01.03.03.01	IPTU	1.467	1.316
2.01.03.03.02	ISS	293	277
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.445	37.379
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.445	37.379
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.097	34.287
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.348	3.092
2.01.05	Outras Obrigações	20.519	19.708
2.01.05.02	Outros	20.519	19.708
2.01.05.02.04	Credores Diversos	2.335	1.737
2.01.05.02.05	Clientes conta Adiantamento	253	252
2.01.05.02.06	CC Representantes	322	300
2.01.05.02.07	Outros	1.194	1.026
2.01.05.02.08	Acordos Judiciais	16.415	16.393
2.02	Passivo Não Circulante	103.089	101.793
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	43.749	41.673
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	43.749	41.673
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	43.749	41.673
2.02.02	Outras Obrigações	26.383	27.159
2.02.02.02	Outros	26.383	27.159
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	26.383	27.159
2.02.03	Tributos Diferidos	32.386	32.386
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.386	32.386
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos Ajuste Avaliação Patrimonial	32.386	32.386
2.02.04	Provisões	571	575

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	571	575
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	571	575
2.03	Patrimônio Líquido	-117.859	-109.416
2.03.01	Capital Social Realizado	20.389	20.389
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-201.115	-192.672
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	62.867	62.867
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	95.253	95.253
2.03.06.02	Imposto de Renda sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	-23.813	-23.813
2.03.06.03	CSLL sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	-8.573	-8.573

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	162	307	27	59
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-184	-336	-9	-69
3.03	Resultado Bruto	-22	-29	18	-10
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-840	-1.124	-791	-1.185
3.04.01	Despesas com Vendas	13	-33	-6	-13
3.04.01.01	Comissões	-8	-16	0	0
3.04.01.02	Salários e Encargos	-1	-3	-2	-3
3.04.01.03	Encargos Indiretos com Mão de Obra	0	0	0	1
3.04.01.04	Provisão e Perdas no Recebimento de Créditos	63	61	6	6
3.04.01.05	Frete, Seguros e Transportes	-5	-10	0	-1
3.04.01.06	Brindes e Amostras	0	0	0	-1
3.04.01.07	Serviços de Terceiros	-36	-63	-10	-15
3.04.01.08	Outros	0	-2	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-560	-935	-752	-1.177
3.04.02.01	Salários e Encargos Sociais	-14	-35	-36	-69
3.04.02.02	Encargos Indiretos com Mão de Obra	0	0	0	22
3.04.02.03	Honorários da Diretoria e Conselho Adm e Fiscal	-98	-197	-99	-197
3.04.02.04	Impostos e Taxas Diversos	-59	-120	-64	-129
3.04.02.06	Serviços de Terceiros	-201	-371	-189	-375
3.04.02.08	Multas	-169	-175	-134	-161
3.04.02.09	Ernegia	0	-3	-3	-5
3.04.02.10	Processos Trabalhistas e Civeis	-2	-2	-201	-204
3.04.02.11	Outros	-17	-32	-26	-59
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	89	226	52	169
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-382	-382	-85	-164
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-862	-1.153	-773	-1.195
3.06	Resultado Financeiro	-4.321	-7.290	-3.585	-10.320

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.06.01	Receitas Financeiras	46	156	38	278
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.367	-7.446	-3.623	-10.598
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.183	-8.443	-4.358	-11.515
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.183	-8.443	-4.358	-11.515
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.183	-8.443	-4.358	-11.515

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51	15.869
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.446	-8.226
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-8.443	-11.515
6.01.01.04	Provisão para Devedores Duvidosos	-3	-4
6.01.01.05	Variação Monetária de Longo Prazo	0	3.096
6.01.01.06	Despesas de Juros e Empréstimos	0	197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.497	24.095
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-116	27
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar e Outros	-2	5
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Estoques	-125	69
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Despesas do Exercício Seguinte	-99	-94
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Fornecedores	629	1.118
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Salários e Encargos Sociais	453	823
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Tributos e Contribuições a Pagar	1.842	2.591
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Instituições Financeiras	4.142	0
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Financiamentos Fornecedores	962	19.094
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Outros Passivos	811	462
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	24
6.02.04	(Aumento) Redução do Realizável a Longo Prazo	0	24
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-15.898
6.03.03	Transferência para o Não Circulante	0	-15.898
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51	-5
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	10
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56	5

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.389	0	0	-192.672	62.867	-109.416
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.389	0	0	-192.672	62.867	-109.416
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.443	0	-8.443
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.443	0	-8.443
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.389	0	0	-201.115	62.867	-117.859

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.389	0	0	-168.274	62.867	-85.018
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-5.397	0	-5.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.389	0	0	-173.671	62.867	-90.415
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.515	0	-11.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.515	0	-11.515
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.389	0	0	-185.186	62.867	-101.930

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	699	250
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	413	78
7.01.02	Outras Receitas	226	168
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	60	4
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.591	-1.131
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-373	-101
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.218	-1.021
7.02.04	Outros	0	-9
7.02.04.01	Insumos Consumidos	0	-9
7.03	Valor Adicionado Bruto	-892	-881
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-892	-881
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	156	279
7.06.02	Receitas Financeiras	156	278
7.06.03	Outros	0	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-736	-602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-736	-602
7.08.01	Pessoal	141	-5
7.08.01.01	Remuneração Direta	119	-89
7.08.01.03	F.G.T.S.	22	84
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	145	319
7.08.02.01	Federais	38	213
7.08.02.02	Estaduais	26	11
7.08.02.03	Municipais	81	95
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.421	10.599
7.08.03.01	Juros	7.421	10.599
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.443	-11.515
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.443	-11.515

Comentário do Desempenho

COMENTARIOS DE DESEMPENHO

A Companhia neste trimestre teve um crescimento de 7% em relação ao trimestre anterior.

Para o próximo trimestre a Companhia espera um bom desempenho, calcado na coleção lançada em fevereiro e com pilotagem entregue neste trimestre além do lançamento da nova coleção outono/inverno 2014, dirigida aos atuais clientes e novos clientes que estamos prospectando.

COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A.
(Em recuperação judicial)

CNPJ 82.981.929/0001-03

Brusque – SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013**

(Valores em Milhares de Reais)

NOTA 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A companhia tem sua sede em Brusque (SC), e tem como atividade principal a produção e comercialização de produtos têxteis, desenvolvendo os processos de fiação, tecelagem, tinturaria, estamparia e acabamento. A produção está direcionada, principalmente, para a manufatura de tecidos planos diferenciados, fabricados com fibras naturais e artificiais, resultando uma linha de produtos com maior valor agregado, atendendo as exigências do mercado globalizado.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa), sob os códigos SCLO3 e SCLO4.

A Companhia está em recuperação judicial relativo as obrigações junto aos fornecedores, instituições contábeis e empregados, cujo plano apresentamos na nota explicativa "24".

NOTA 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem

Notas Explicativas



apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações contábeis realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os

Notas Explicativas



saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos".

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "5"), nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 30 de junho de 2013, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "6"), nessa classificação.

d) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de junho de 2013, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "13") e instituições financeiras (nota explicativa "14").

2.3.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e

Notas Explicativas



os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acréscimos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa "6".

2.5 ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou de produção. A provisão de estoques para realização é constituída quando constatada sua necessidade.

2.6 INVESTIMENTOS

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição e valor justo para as propriedades para investimentos, conforme mencionado na nota explicativa "10".

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.9 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10 – DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.11 PROVISÕES

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação

Notas Explicativas



relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "17".

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

2.13 APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

NOTA 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "17".

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

NOTA 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações contábeis. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições contábeis.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Contábeis estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições contábeis com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

RISCO DE MERCADO

Risco cambial

A Companhia encontra-se exposta a riscos de variação cambial, por possuir na data de encerramento do exercício passivos avaliados em moeda estrangeira.

Notas Explicativas



Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições contábeis, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Devido à limitação de crédito junto as principais fornecedores de matéria-prima, eventualmente ocorrem atrasos no recebimento dos produtos adquiridos, que podem ocasionar desabastecimento em setores específicos do parque fabril e consequentemente afetar os resultados.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia atravessa a fase pós-aprovação do seu plano de recuperação judicial, e foram apresentadas ao judiciário as minutas dos instrumentos societários, na forma aprovada pelos credores em assembléia.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Caixa e Bancos	56	13
	<u>56</u>	<u>13</u>

NOTA 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Contas a Receber - Clientes	1.104	1.169
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(947)	(1.008)
	<u>157</u>	<u>161</u>

Notas Explicativas

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento, posição em 30/jun./13:

Período	Vencidos	%	A Vencer	%
A Vencer		0,00%		0,00%
De 001 a 030	5	0,44%	79	7,19%
De 031 a 060	1	0,09%	58	5,27%
De 061 a 090	1	0,09%	21	1,90%
De 091 a 120	0	0,00%	5	0,48%
De 121 a 150	0	0,00%	0	0,00%
De 151 a 180	0	0,00%	0	0,00%
Acima de 180 dias	934	84,54%	0	0,00%
Totais	941	85,16%	163	14,84%
Total Geral (Vencido e a Vencer)			1.104	100,00%

A provisão para perdas é composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

Notas Explicativas

NOTA 7. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS E FORNECEDORES

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Empregados	53	55
Adiantamentos a Fornecedores	186	171
Demais	98	140
	<u>337</u>	<u>366</u>

NOTA 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo está assim demonstrado:

		30 de junho de 2013		31 de março de 2013
	<u>Circulante</u>	<u>Não- Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não- Circulante</u>
IPI	233	0	233	0
Crédito Prêmio IPI	0	5.975	0	5.975
ICMS	0	1.007	10	989
ICMS s/Imobilizado	6	0	14	0
Prefeitura Mun. de Brusque - TIP	0	627	0	617
Outros Impostos a Recuperar	<u>8</u>	<u>0</u>	<u>19</u>	<u>0</u>
	<u>247</u>	<u>7.609</u>	<u>276</u>	<u>7.581</u>

Credito Prêmio IPI: Refere-se Reversão do Crédito Prêmio IPI da 1ª Fase (dez./79 à mar./81) que a Companhia compensou com Tributos Federais. A ação judicial transitou em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença.

ICMS: Refere-se a recolhimento indevido da correção monetária sobre os pagamentos dos parcelamentos anteriores ao exercício de 2000, com decisão judicial transitada em julgado, e com certidão de precatório expedida.

PMB – TIP: Refere-se ao reconhecimento de ação sobre Taxa de Iluminação Pública com a Prefeitura Municipal de Brusque com

Notas Explicativas



decisão judicial transitada em julgado, e com certidão de precatório expedida.

NOTA 9. ESTOQUES

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Produtos Acabados	265	164
Produtos em Elaboração	213	223
Matéria-Prima	218	317
Peças e Materiais de Manutenção	525	525
Mercadorias p/ Revenda	0	0
(-) Provisão para Perdas	(28)	(28)
	<u>1.193</u>	<u>1.201</u>

NOTA 10. INVESTIMENTOS

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março De 2013
Participações em Diversas Empresas	49	49
Participações para Incentivos Fiscais	31	31
Propriedade para Investimentos	15.100	15.100
Edifícios	2.537	2.537
(-) Edifícios	(35)	(35)
	<u>17.682</u>	<u>17.682</u>

Notas Explicativas

NOTA 11. IMOBILIZADO

A composição dos saldos está assim demonstrada:

IMOBILIZADO	Taxa Depreciação (%)	30 de junho de 2013			31 de março de 2013		
		Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor
		Aquisição	Acumulada	Residual	Aquisição	Acumulada	Residual
Terrenos	-	55.730	0	55.730	55.730	0	55.730
Edifícios	0,64% a 3,01%	19.818	(1.523)	18.295	19.818	(1.523)	18.295
Máquinas	5% a 50%	21.446	(7.815)	13.631	21.446	(7.815)	13.631
Instalações	7% a 25%	1.587	(1.269)	318	1.587	(1.269)	318
Móveis e Utensílios	10%	1.063	(1.010)	53	1.063	(1.010)	53
Veículos	20%	0	0	0	0	0	0
Equipamentos de Informática	10% a 20%	1.239	(1.150)	89	1.239	(1.150)	89
Direito de Uso	20%	220	(210)	10	220	(210)	10
Construções em Andamento	-	40	0	40	40	0	40
Florestas em Formação	-	28	0	28	28	0	28
		<u>101.171</u>	<u>(12.977)</u>	<u>88.194</u>	<u>101.171</u>	<u>(12.977)</u>	<u>88.194</u>

Não houve movimentação no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2013.

Não foram reconhecidos os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 2012 e 2011, devido inclusão destes bens no plano de recuperação judicial.

A Companhia apurou, no exercício social de 2010, o valor justo de seus terrenos, construções e máquinas que em uma análise prévia detectou que os valores estariam inferiores ao valor justo.

Para realizar a avaliação foi contratada a empresa LAUTEC – Equipe Técnica Engenharia S/C Ltda., que preparou um laudo técnico apresentando os valores justos dos terrenos, construções e maquinários pertencentes a Companhia, e determinando a estimativa de vida útil remanescente analisando o estado de conservação dos bens, evolução tecnológicas.

NOTA 12. INTANGÍVEL

A composição dos saldos estão assim demonstrados:

INTANGÍVEL	Taxa Depreciação (%)	30 de junho de 2013			31 de março de 2013		
		Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor
		Aquisição	Acumulada	Residual	Aquisição	Acumulada	Residual
Software e Programas de Computador	10% a 20%	58	(31)	27	58	(31)	27
		<u>58</u>	<u>(31)</u>	<u>27</u>	<u>58</u>	<u>(31)</u>	<u>27</u>

Notas Explicativas

NOTA 13. FORNECEDORES

A companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses), conforme composição apresentada:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Fornecedores Nacionais	6.524	6.274
CELESC	2.765	2.699
	<u>9.289</u>	<u>8.973</u>

A partir do ajuizamento da recuperação judicial, os respectivos débitos sofrem correção à taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês.

NOTA 14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013		31 de março de 2013		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Ref.
Ficsa S/A	684	0	668	0	A
Rendimento	130	0	127	0	B
Daycoval	242	0	236	0	C
Paulista	173	0	169	0	D
Safrá	107	0	104	0	E
FINEP	6.190	0	6.042	0	F
RAET	0	28.963	0	28.272	G
Celesc	0	14.786	0	14.433	H
Factoring	6.698	0	6.539	0	I
Duplic					
Descontadas	340	0	408	0	J
Celesc	21.534	0	21.020	0	K
Vamatax	3.206	0	2.915	0	L
Marubeni	141	0	137	0	M
	<u>39.445</u>	<u>43.749</u>	<u>38.365</u>	<u>42.705</u>	

Notas Explicativas



As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Ref.	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Out./11	Juros de 36,07% a.a	Aval
B	Real	Dez./10	Juros de 36,07% a.a	Duplicatas
C	Real	Ago./10	Juros de 15,38% a.a	Duplicatas
D	Real	Jul./11	Juros de 37,67% a.a	Máquinas/Duplic.
E	Real	Jan./11	Juros de 34,39% a.a	Aval
F	Real	Ago./08	TJLP + 6% a.a.	Hipoteca/penhor
G	Real	Set./04	INPC + 5% a.a.	Penhor
H	Real	Dez./10	SELIC + INPC	Aval
I	Real	Fev./12	Juros de 49,36% a.a	Aval
J	Real	-	Juros de 40,80% a.a	Aval
K	Real	Fev./19	Juros de 12% a.a	Aval
L	Dólar	Mai./12	Juros de 6% a.a. + VC	Máquinas
M	Yene	Dez./09	Juros de 12% a.a + VC	Máquinas

A partir do ajuizamento da recuperação judicial, os respectivos débitos sofrem correção à taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês.

NOTA 15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Salários a Pagar	515	446
Provisão de Férias	88	88
FGTS	61	48
Contribuição Sindical	85	85
INSS	11.940	11.780
	<u>12.689</u>	<u>12.447</u>

Os respectivos débitos estão incluídos no plano de recuperação judicial, mas não são submetidos à correção.

NOTA 16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
ICMS a Pagar	30.883	29.611
IPTU	1.467	1.336
PIS a Recolher	778	768
COFINS a Recolher	3.582	3.538
IRRF	1.224	1.174
Contrib. Previdenciária	5	1
Outros Impostos	495	486
	<u>38.434</u>	<u>36.914</u>

ICMS: Em junho de 2012 foi contabilizado o valor de R\$ 5.462 referente à ação de execução fiscal movida pelo Estado de Santa Catarina, referente à venda de produtos em troca de créditos de ICMS de micro empresa, o qual a fazenda estadual glosou a utilização. A contrapartida deste lançamento foi contabilizada em na conta de Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos, nas contas de resultado.

Os respectivos débitos sofrem correção mensal à taxa SELIC de juros.

As obrigações com o fisco não foram incluídas no processo de recuperação judicial.

NOTA 17. PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo questionada em diversas ações, sendo que para aquelas que os assessores jurídicos consideram a possibilidade de perda como provável, e que ainda se encontra em trâmite nas esferas judiciais, foram constituídas as respectivas provisões. Com base na análise individual dos processos jurídicos para as questões com chances de perda remota não foi constituída provisão.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente a reclamações envolvendo ações de representações comerciais, diferenças de salários, estabilidade sindical, acidente de trabalho e diferença de INSS sobre indenizações trabalhistas julgadas.

Notas Explicativas

	30 de junho de 2013		31 de março de 2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	0	754	0	754
Depósitos Judiciais	0	(182)	0	(180)
	<u>0</u>	<u>572</u>	<u>0</u>	<u>574</u>

O saldo de R\$ 323, relativo ao exercício de 2011, foi transferido para a conta de Acordos Judiciais, no ano-calendário de 2012.

NOTA 18. TRIBUTOS PARCELADOS

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013		31 de março de 2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Senai- Refis	118	333	109	337
Receita Federal/PGFN - Refis	9.778	26.049	8.903	26.430
	<u>9.896</u>	<u>26.382</u>	<u>9.012</u>	<u>26.767</u>

Os respectivos débitos sofrem correção mensal à taxa SELIC de juros.

As obrigações com o fisco não foram incluídas no processo de recuperação judicial.

NOTA 19. ACORDOS JUDICIAIS

No exercício de 2011, o saldo de R\$ 16.065 relativo as obrigações dos acordos judiciais estava registrado na conta de Outras Contas a Pagar, sendo reclassificado para essa conta no exercício de 2012.

Da mesma forma, o valor de R\$ 323, estava classificado na conta de provisão para contingências tornou-se uma obrigação efetiva

Notas Explicativas



para Companhia, sendo dessa forma, reclassificado no ano-calendário de 2012 para essa conta.

Tais Acordos Trabalhistas constam da relação de credores incluídos no plano de recuperação judicial. A partir do ajuizamento da recuperação judicial, os respectivos débitos sofrem correção à taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês.

NOTA 20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013		31 de março de 2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Credores Diversos	2.335	0	1.956	0
Comissões a Pagar	322	0	310	0
Clientes - Cta Adiant.	253	0	253	0
Outras Contas	1.194	0	1.111	0
	<u>4.104</u>	<u>0</u>	<u>3.630</u>	<u>0</u>

Acordos Trabalhistas: São valores que constam da relação de credores no plano de recuperação judicial, os quais foram reclassificados para a conta específica no ano-calendário de 2012, conforme demonstrado na nota explicativa "19".

NOTA 21. IR e CS PASSIVO DIFERIDO

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	31 de março de 2013
Imposto de Renda	23.813	23.813
Contribuição Social	8.573	8.573
	<u>32.386</u>	<u>32.386</u>

Com o reconhecimento do novo custo atribuído em seu ativo imobilizado, a Companhia contabilizou os tributos diferidos na

Notas Explicativas



alíquota de 34% sobre ajuste avaliação patrimonial, sendo baixados de acordo com a sua respectiva realização, seja pela venda, baixa ou depreciação. Também foi realizada uma provisão dos tributos diferidos sobre bens não depreciáveis (terrenos).

NOTA 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)

CAPITAL SOCIAL

O capital social em 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição de ações, todas sem valor nominal: 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) ações ordinárias e 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) ações preferenciais.

NOTA 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O saldo está assim demonstrado:

	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita Operacional Bruta		
Receita Vendas de Mercadorias	419	77
(-) Deduções		
Impostos e Contribuições	(105)	(18)
Devoluções e Abatimentos	(7)	
	<u>307</u>	<u>59</u>

NOTA 24. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Devido contínuos prejuízos operacionais, crescente deficiência de capital de giro e aumento do passivo a descoberto, a Companhia paralisou suas atividades em 17/dez./10.

Em 08/abr./11, a Companhia solicitou o pedido de recuperação judicial junto à Vara Comercial da Comarca de Brusque, Autos 011.11.003098-3, o qual foi deferido em 11/abr./11.

A Primeira Assembléia Geral de Credores foi realizada em 24/ago./11, a qual não foi instalada, pois, dentre os credores

Notas Explicativas



presentes, não se obteve o quorum mínimo de instalação. Do total dos créditos sujeitos à recuperação judicial, verificou-se a presença de 24,64%.

Em Segunda convocação, a assembléia geral de credores foi realizada em 31/ago./11, a qual foi instalada. Na divisão por classes de créditos, estiveram presente: Classe I – Trabalhista – 86,00% do total dos créditos da classe; Classe II – Garantia Real – 100 % do total dos créditos da classe e Classe III – Quirografários – 90,32% do total dos créditos da classe. Do total dos créditos sujeitos à recuperação judicial, verificou-se a presença de 90,38%. Foram definidos, por deliberação unânime da assembléia que, até o dia 30/set./11, os credores entregariam, ao administrador judicial, propostas de alteração do Plano de Recuperação, as quais foram imediatamente encaminhadas à apreciação da recuperada. No dia 19/out./11, foi realizada nova assembléia geral de credores para deliberação a respeito das alterações propostas. Nesta mesma assembléia foi constituído o comitê de credores.

Na 2ª Convocação desta assembléia, no dia 31/ago./11, o Plano de Recuperação, com as modificações apresentadas, foi aprovado por unanimidade.

Para o reinício de suas atividades, a Companhia arrendou espaço físico junto a companhia Buettner S/A, e transferiu teares a partir de 31 de maio de 2012. O projeto consta da transferência total de 90 teares, que serão transferidos conforme a demanda de pedidos da nova empresa.

Em agosto de 2012, a Companhia recomeçou sua produção, e no início de 2013 lançou sua nova coleção.

NOTA 25. SEGUROS

Em 30 de junho de 2013, a Companhia não possuía seguro, de seus ativos, por falta de recursos. Somente irá contratar após sua recuperação ou outra contingência.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilmos. Srs.
DIRETORES e ACIONISTAS da
COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A (Em Recuperação Judicial)
Brusque - SC

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A. (em recuperação judicial), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido/(passivo a descoberto) correspondentes ao trimestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A (em recuperação judicial), quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e operações da empresa.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Teste de Recuperabilidade

A companhia não apresentou o teste de recuperabilidade requerido no pronunciamento CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, sobre os principais ativos.

Encargos de Depreciação

A companhia não registrou os encargos de depreciação incidentes sobre os bens do ativo imobilizado no trimestre findo em 30 de junho de 2013, cujo efeito nas contas de resultado e patrimônio líquido (passivo a descoberto) não foram possíveis de serem quantificados.

Obrigações Fiscais e Tributárias

Não nos foi apresentada a totalidade dos extratos e/ou posições das autoridades tributárias para trimestre findo em 30 de junho de 2013, dessa forma, não foi possível confirmar os saldos contábeis apresentados na conta de Obrigações Fiscais e Tributárias e Tributos Parcelados, dispostos nas notas explicativas “16” e “18”, respectivamente.

Confirmações Externas de Saldos – Advogados e Instituições Financeiras

Não foi recebida a totalidade das respostas das solicitações de confirmações externas de saldos enviadas aos assessores jurídicos da Companhia.

Nesses termos não foi possível confirmar de forma completa a existência de eventuais contingências passivas que não foram reconhecidas na contabilidade e/ou divulgadas em notas explicativas.

Não foram recebidas as respostas das solicitações de confirmações externas de saldos enviadas às instituições financeiras da Companhia

Face ao não recebimento das confirmações externas das instituições financeiras, e pelo fato de não ser possível a aplicação de testes alternativos de auditoria, não podemos confirmar a totalidade dos saldos contábeis apresentados nas contas bancárias (nota explicativa “5”) e obrigações nas contas passivas de Instituições Financeiras (nota explicativa “14”).

Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto na continuidade normal de suas operações. A companhia vem apresentando prejuízos consecutivos e insuficiência significativa de capital de giro ao longo dos últimos anos.

Conforme mencionado na nota explicativa "24", a Companhia paralisou suas atividades operacionais em dezembro de 2010. Posteriormente, foi solicitado pedido de recuperação judicial à comarca de Brusque, o qual foi deferido em abril de 2011, sendo suas operações paralisadas.

No final do exercício de 2012, as atividades operacionais foram reiniciadas.

Devido aos fatores acima descritos, existem dúvidas significativas quanto à possibilidade da Companhia continuar em operação e honrar os compromissos assumidos.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em continuidade normal dos negócios e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional definitiva

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A. (em recuperação judicial), em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 30 de julho de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A. – Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o número 82.981.929/0001-03, estabelecida na Avenida Getulio Vargas, nº. 63/87 – Centro – Brusque – Estado de Santa Catarina. DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º. Inciso V da Instrução CVM nº. 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Brusque-SC, 30 de Julho de 2013

DORLY SCHLOSSER
Presidente

JOÃO BECKHAUSER
Vice Presidente e
Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**D E C L A R A Ç Ã O**

COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A. – Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o número 82.981.929/0001-03, estabelecida na Avenida Getulio Vargas, nº. 63/87 – Centro – Brusque – Estado de Santa Catarina. DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º. Inciso V da Instrução CVM nº. 480/09, que reviram, discutiram e concordam com o parecer dos auditores.

Brusque-SC, 30 de Julho de 2013

DORLY SCHLOSSER
Presidente

JOÃO BECKHAUSER
Vice Presidente e
Diretor de Relação com Investidores